ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F.PAUL

Aviso de Contratação 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	380229-ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F. PAUL	DANIELA BRITO DE LIMA SOUZA	09/11/2026 13:39 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	69/2026	006.00311299/2026-11

1. Objeto da Contratação Direta

AVISO DE

CONTRATAÇÃO DIRETA

69/2026

CONTRATANTE (UASG)

380229

OBJETO

Contratação de Serviços Gráficos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 4.100,00

DATA DA SESSÃO

Dia 13/11/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08:00h até 14:00h(horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE

PENITECIÁRIA "A.E.V.P CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 69/2026

(Processo Administrativo n.° 006.00311299/2026-11)

Torna-se público que a PENITENCIÁRIA "A.E.V.P. CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA, por meio do Setor de Finanças e Suprimentos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão: 13/11/2026

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00h

Link: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Critério de Julgamento: Menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço serviços gráficos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. Participação na dispensa eletrônica

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, observando-se os limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal; e

4.8.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Fase de lances

5.1. 5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R$ 0,05 (cinco centavos).**

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, considerando que o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

6.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados); e

6.4.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha naõ constituem motivo para a desclassificaçaõ da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicaçaõ de recolhimento de impostos e contribuiçoẽs na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. Ata de registro de preços

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. Formação do cadastro de reserva

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. Contratação

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho cuja minuta integra este Aviso como Anexo.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

10.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

10.1.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

10.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

10.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. Infrações e sanções administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa por qualquer das infrações dos itens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;

b.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 11.1.2. a 11.1.7. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8. a 11.1.12., bem como nos casos dos itens 11.1.2. a 11.1.7. que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei 14.133, de 2021):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Das disposições gerais

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico **(financasflorida@gmail.com)** setor de Licitações.

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico através de solicitação e recebimento no e-mail **financasflorida@gmail.com**.

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso

12.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.14.1. ANEXO I – Termo de Referência;

12.14.2. ANEXO II - Minuta de Nota de Empenho

12.14.3. ANEXO III – Cópia Ato normativo sobre sanções aplicáveis;

12.14.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta

12.14.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração exigida para habilitação.

Flórida Paulista, 09 de novembro de 2026.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Encaminhe-se o presente Aviso de contratação à Autoridade Competente para ciência e aprovação.

DANIELA BRITO DE LIMA SOUZA

Responsável pela elaboração do documento.

Assinou eletronicamente em 09/11/2026 às 13:36:02.

Despacho: Aprovo o presente Aviso de Contratação

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 09/11/2026 às 13:39:03.

ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F.PAUL

TR - Serviços Gráficos 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	380229-ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F. PAUL	EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	05/11/2026 17:03 (v 0.10)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	69/2026	006.00311299/2026-11

TERMO DE REFERÊNCIA

(Minuta padrão ComprasSP de 12.01.2026)

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE

PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

(Processo Administrativo n° *006.00311299/2026-11*)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de SERVIÇOS GRÁFICOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços Gráficos - Confecção de Documentos Oficiais, com especificações de acordo com o item 2.1 e modelos do Anexo I deste Termo de Referência.	17388 298450	UNIDADE	1	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.3. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.4. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada na tabela abaixo:

ITEM	MODELO (ANEXO I)	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	3	FICHA DATILOSCÓPICA Cor: Branca Gramatura: 120G Medidas: 21 x 9,5 cm (AxL) Obs: Impressão frente e verso em cor vermelha	UNIDADE	2000
2	8	Receituário Médico Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 21 x 15,5 cm (AxL)	BL. 100	120
3	15	Extrato Prontuário “MAPA” Cor: Branca Gramatura: 75G Medidas: 32 x 38 cm (AxL) Obs: Impressão: Frente e Verso	BL. 100	30
4	16	Ficha Clínica Odontológica Cor: Branca Gramatura: 75G Medidas: 31 x 21 (AxL) Obs: Impressão frente e verso	BL. 100	30
5	22	Ficha de Atendimento Ambulatorial Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL)	BL. 100	60
6	34	Ficha Frequência Funcional Cor: Verde Gramatura: 180G Medidas: 17 X 28 (AXL) Obs: Impressão frente	UNIDADE	200
7	35	Ficha de Atendimento "Judiciária" Cor: Branca Gramatura: 180G Medidas: 31 x 21 (AxL)	UNIDADE	600

		Obs: Impressão frente e verso		
8	45	Controle de Retirada / Devolução Prontuário Cor: Branca Gramatura: 75G Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL)	BL. 100	25
9	47	Recibo de Documentos p/ Carterinha Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 12 x 18,5 cm (AxL) Obs: BLOCO 50/2. c/ carbono, última via em papel jornal	BL. 100	60
10	48	Autorização de Visitas Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 16 X 21,5 cm (AxL) Obs: BLOCO 50/2. c/ carbono, última via em papel jornal	BL. 100	30
11	52	Controle de Tráfego de Veículos - Entrega Gramatura: PAPEL JORNAL Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL) Obs: Impressão frente	BL. 100	5
12	64	Pedido de Exame Hemograma Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 21 x 15,5 cm (AxL)	BL. 100	4
13	66	Pedido Exame de Urina Tipo R Cor: Amarela Gramatura: 56G Medidas: 21 x 15,5 cm (AxL)	BL. 100	4
14	67	Pedido Exame Clínico Múltiplo Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 24 x 16 cm (AxL)	BL. 100	4
15	69	GUIA DE REFERÊNCIA Gramatura: 56G Medidas: 31 X 21,5cm (AXL) Obs: Impressão frente	BL. 100	5
16	78	Entrevista de Inclusão - Saúde Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 31 X 21,5cm (AXL) Obs: Impressão frente e verso	BL. 100	10
17	90	Atendimento CIMIC Gramatura: PAPEL JORNAL Medidas: 23 x 16 cm (AxL) Obs: Com serrilha	BL. 100	60
18	94	Relatório de Rondas Gramatura: PAPEL JORNAL Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL) Obs: Impressão frente	BL. 100	10
19	97	Ficha de Avaliação Corporal - Regime Disciplinar Cor: Branca Gramatura: 56G Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL)	BL. 100	10
		Escala de Rondas Gramatura: PAPEL JORNAL		

20	98	Medidas: 15 x 21 cm (AxL) Obs: Impressão frente	BL. 100	8
21	99	Controle de Entrada e Saída de Veículos Gramatura: PAPEL JORNAL Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL) Obs: Impressão frente	BL. 100	10
22	100	Teste de Bloqueador de Celular Gramatura: PAPEL JORNAL Medidas: 29,7 x 21 cm (AxL) Obs: Impressão frente	BL. 100	8

2.1.1. Todos os modelos constantes na planilha acima, deverão conter no rodapé o número indicativo do seu modelo;

2.1.2. O modelo nº 34 deverá ter a seguinte alteração:

ONDE ESTIVER ESCRITO:

Penitenciária de Flórida Paulista

SUBSTITUIR POR:

Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista

2.1.3. O modelo nº 90 deverá ter a seguinte alteração:

ONDE ESTIVER ESCRITO:

CIMIC

SUBSTITUIR POR:

SIMIC

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A contratação pretendida visa à execução de serviços de produção e reprodução gráfica sob demanda, com vistas a atender às especificidades operacionais e de comunicação deste Estabelecimento Prisional. Trata-se de uma solução estratégica voltada à padronização de documentos oficiais, formulários de controle interno e materiais informativos essenciais ao funcionamento da unidade, cuja regularidade é necessária para a manutenção da ordem, da segurança e da regular instrução dos processos de execução penal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental conforme previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis aprovada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria Geral da União.

4.1.2. A presente contratação poderá ser formalizada por meio de nota de empenho, nos ternos do art. 95 da Lei nº 14.133 /2021

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão do valor e por se tratar de serviço de baixa complexidade.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **02 (dois) dias** da emissão da Nota de empenho;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Devem ser respeitadas todas as características (medidas, tipo de papel, gramaturas, cores e dizeres dos modelos de impresso;

5.1.2.2. O prestador de serviços deverá encaminhar via e-mail (**financas@florida.sap.sp.gov.br**) um protótipo (modelo) do impresso para análise e aprovação;

5.1.2.2.1. Protótipo aprovado, o mesmo poderá ser produzido em sua totalidade;

5.1.2.2.2. Protótipo reprovado, o prestador deverá realizar as correções apontadas e encaminhar novo modelo no prazo de **2 (dois)** dias úteis após a análise;

5.1.2.3. Os impressos deverão ser entregues embalados em papel kraft, divididos em pacotes de no máximo vinte volumes para os impressos do tipo bloco e duzentas unidades do tipo ficha. Todos os pacotes devem estar devidamente identificados com o número do modelo e quantidade;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: o prestador do serviço terá o prazo de 30 (trinta) dias da emissão da nota de empenho para entregar os impressos;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os impressos serão entregues no seguinte endereço:

PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

SEÇÃO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

ESTRADA VICINAL KIICHIROM HATTORI, SN, KM 06.

BAIRRO AGRELO - CEP 17.830-900

FLÓRIDA PAULISTA/SP

HORÁRIO DE RECEBIMENTO: DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, EXCETO FERIADOS, DAS 08:00 ÀS 16:00, COM INTERVALO PARA ALMOÇO DAS 11:00 ÀS 13:00.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.3. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º)

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O impressos confeccionados devem estar de acordo com suas respectivas descrições, unidades de fornecimento, quantidades e orientações relacionadas no item 2.1 e seus subitens 2.1.1 e 2.1.2 deste Termo de Referência; e

7.3.2. A execução do objeto deve seguir de forma criteriosa as informações constantes no item 5.1 e seus subitens deste Termo de Referência;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de ***02*** **(dois) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, ‘a‘, da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, inciso X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, inciso VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará *os parâmetros definidos no item 7.3 do Termo de Referência,* o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de ***02* (*dois*) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de ***05 (cinco)*** **dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

> 7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

> 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br /sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br); e

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea 'd' da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Habilitação jurídica

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1. deste Termo de referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: Penitenciária "A.E.V.P. Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista – UASG 380.229;

II) Fonte de recursos: 150010001;

III) Programa de trabalho: 14421381561460000 - SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST.REINTEG.;

IV) Elemento de despesa: 33.90.39; e

V) Plano interno: 010.001.0308.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Encaminhe-se o presente termo ao Chefe de Departamento para ciência e aprovação

SILVIA BUTARELO

Responsável pela Elaboração do Documento

Assinou eletronicamente em 05/11/2026 às 17:03:40.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 05/11/2026 às 16:39:43.

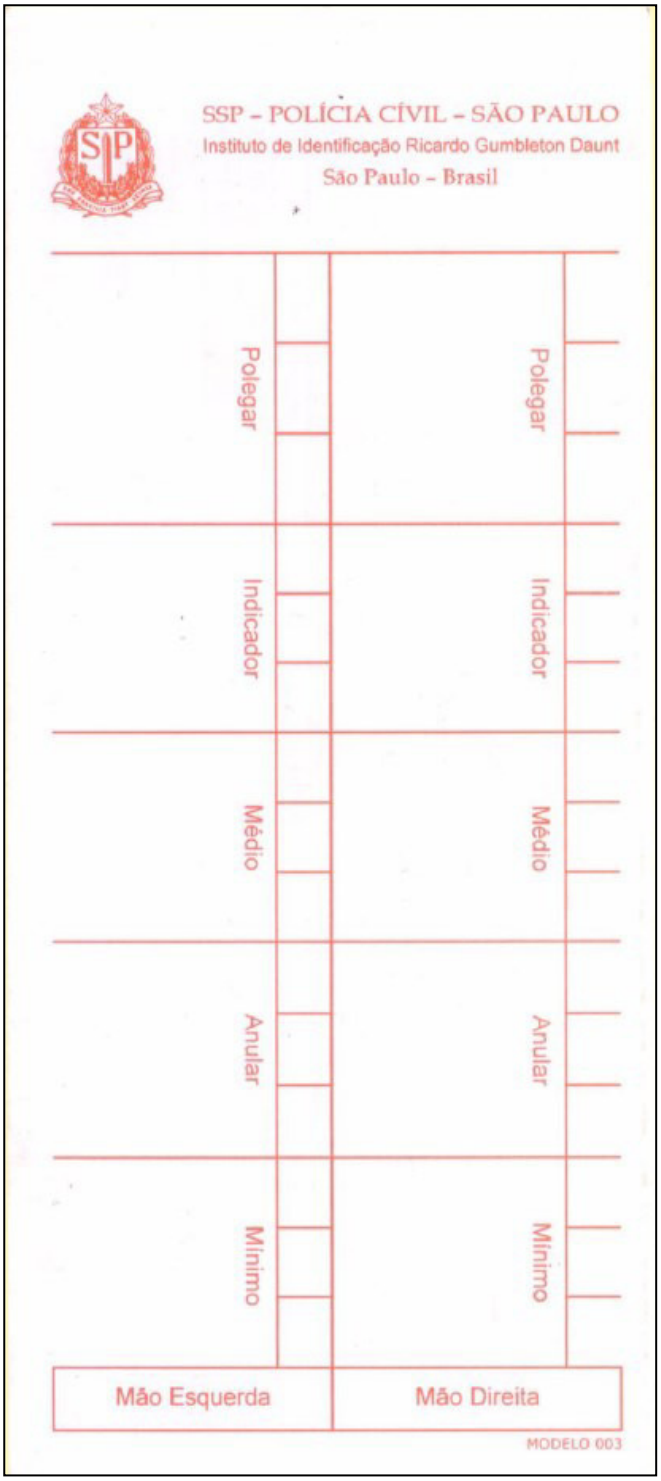
Lista de Anexos

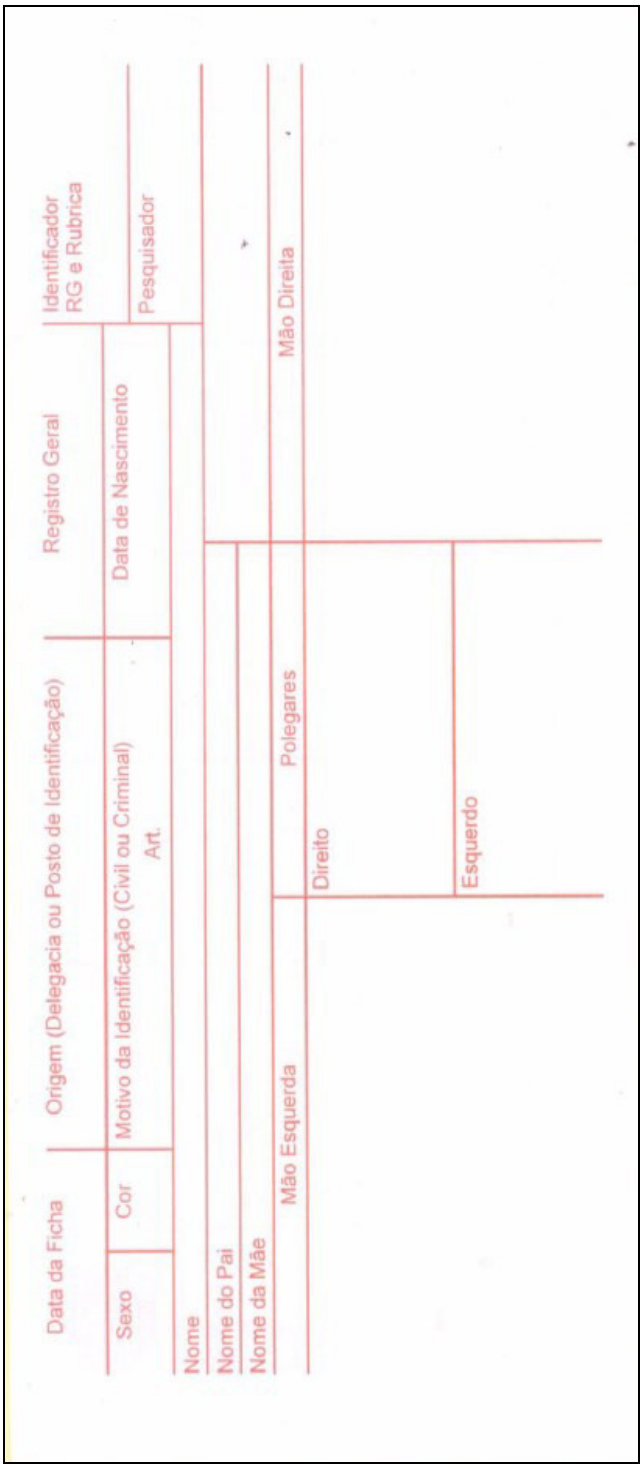
Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I.pdf (6.74 MB)

FRENTE

VERSO





Secretaria da Administração Penitenciária
Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste
Penitenciária "A.E.V.P. Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista

DIRETORIA DE SAÚDE

Receituário Médico

Em, _____, _____ de 20_____ Matr.:_____

Sent.: _____

( ) Médico
( ) Cirurgião Dentista

MOD. 008

↕ 0,5 cm

↔ 38 cm (LARGURA TOTAL DA FOLHA)

↕ 01 cm

PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

↕ 01 cm **NOME:** _____ **MATR.** _____ **RG:** _____ ↔ 01 cm

↕ 01 cm **FILIAÇÃO:** _____ **DN:** _____ /_____ /_____ **NATURAL:** _____ **REINCIDENTE:** ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

↕ 01 cm

COMARCA	I. P.	PROCESSO	PEC	DEL.	SENT.	ACORD.	T. JULG.	A	M	D	REG.	ARTIGO
↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 7,0 cm ↕ 01 cm	↔ 6,0 cm ↕ 01 cm	↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 2,5 cm ↕ 01 cm	↔ 01 cm	↔ 01 cm	↔ 01 cm	↔ 01 cm	↔ 04 cm ↕ 01 cm

TOTAL

ALTURA

↕ 32 cm

↕ 0,5 cm

↕ 0,5 cm

↔ 38 cm (LARGURA TOTAL DA FOLHA)

↕ 1,0 cm

↔ 01 cm

BENEFICIOS			
DATA	TIPO	DECISÃO	DATA DA DECISÃO
↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 10 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,5 cm ↕ 0,7 cm	↔ 3,0 cm ↕ 0,7 cm

↕ 1,0 cm

FALTAS DISCIPLINARES			
DATA	MOTIVO	TIPO	DATA DA REABILITAÇÃO
↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 10 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,5 cm ↕ 0,7 cm	↔ 3,0 cm ↕ 0,7 cm

TOTAL
ALTURA
↕ 32 cm

↕ 1,0 cm

REMIÇÕES				
DATA	PERÍODO	DIAS TRABALHADOS	DIAS A REMIR	FLS.
↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 10 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,5 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 1,0 cm

↕ 0,50 cm

↔ 0,5

DATA DA PRISÃO	MOVIMENTAÇÃO CARCERÁRIA E OBSERVAÇÕES	TIPO	MOTIVO	CONDUTA
↔ 2,5 cm ↕ 0,7 cm	↔ 9,5 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 2,0 cm ↕ 0,7 cm

↔ 01 cm

TEMPO TOTAL DE INTERRUPÇÃO DA PENA _______ ANO(S) _______ MÊS(ES) _______ DIA(S)	DATA DA ATUALIZAÇÃO DA GRADE ________ / ________ / ____________
SEMIABERTO	**APÓS EVASÃO OU FALTA GRAVE**
↔ 9,0 cm ↕ 0,7 cm	↔ 9,0 cm ↕ 0,7 cm
LIVRAMENTO CONDICIONAL	
TÉRMINO DE CUMPRIMENTO DA(S) PENA(S) **PREVISTO PARA: _______ / _______ / ___________**	

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE SAÚDE
COSASPE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCE

UNIDADE PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

FICHA CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Fls.:

Nome:_____ Sexo: ☐ Masc. ☐ Fem.

Matrícula_____RG_____ Cor: ☐ Amarelo ☐ Parda ☐ Branca ☐ Negra ☐ Vermelha

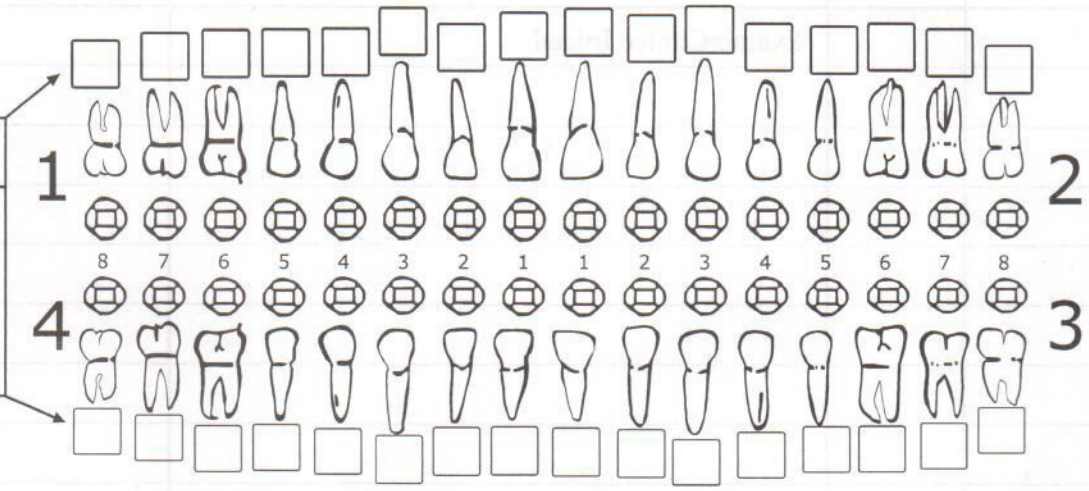
Filiação: Pai_____

Mãe_____

Profissão:_____ Data do Nasc.:_____/_____/_____ Idade:_____

Exame Clínico Inicial em caneta azul e dentro dos quadrados use a legenda.
Tratamento executado pintar em Vermelho nas faces dos dentes.

LEGENDA	
A	Ausente
C	Cariado
I	Íntegro
R	Restaurado
EI	Extração Indicada



APLICAÇÃO TÓPICA DE FLÚOR	DATA DA APLICAÇÃO
1.ª APLICAÇÃO	
2.ª APLICAÇÃO	
3.ª APLICAÇÃO	

SUMÁRIO

DATA	DENTES PERMANENTES					SUPERFÍCIES			PERM. ERUP.
	C.	O.	EXIT.	E.I.	C.P.O.	C.	O.	C.P.O.S.	

OBSERVAÇÕES		SIM	NÃO	ESPECIFICAR
PROBLEMA DE SAÚDE				
TRATAMENTO MÉDICO ATUAL				
MEDICAMENTOS EM USO				
ALERGIA				
CIRURGIA				
HÁBITOS	ÁLCOOL			
	TABAGISMO			
	ALC. + TAB.			
	NENHUM			

OBSERVAÇÕES	SIM	NÃO	NECESSIDADE DE PRÓTESE	SIM	NÃO
USO DE PRÓTESE			PT INFERIOR		
PT SUPERIOR			DUAS (2) PT (S)		
PR INFERIOR			PPR SUPERIOR		
DUAS (2) PT (S)			PPR INFERIOR		
PPR SUPERIOR			DUAS (2) PPR (S)		
PT INFERIOR			PRÓTESES COMBINADAS (PT+PPR)		
DUAS (2) PT (S)			NÃO NECESSITA		
PRÓTESES COMBINADAS					
PRÓTESE FIXA					
NÃO USA					
TECIDOS MOLES					
NORMAL					
ALTERAÇÃO REVERSÍVEL					
SUSPEITA DE MALEGNIDADE					

TRATAMENTO

DATA	DENTES	PROCEDIMENTO	NOME LEGÍVEL (PROFISSIONAL)	CD THD ACD
		Exame Clínico Inicial		

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE SAÚDE
COSASP

UNIDADE: **Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista**

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

MATRÍCULA:_____ RG:_____ SEXO ☐ MASC. ☐ FEM.

NOME:_____

NOME DA MÃE:_____

PAI:_____

ESTADO CIVIL:_____ PROFISSÃO:_____ RELIGIÃO:_____

DATA DE NASCIMENTO:_____/_____/_____ COR: ☐ AMARELA ☐ PARDA ☐ BRANCA ☐ PRETA

PROCEDÊNCIA _____

HIPÓTESE / DIAGNÓSTICA: | CID

PROCEDIMENTOS:

CONDUTA:

ENCAMINHAMENTO:

NOME E CARIMBO DO MÉDICO (Assinatura / CRM)

DATA:_____/_____/_____

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE

Penitenciária de Flórida Paulista

NÚMERO_____ NOME_____ ANO_____

RG N.°_____ CARGO_____ PADRÃO_____ PROVIMENTO_____

MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	AB.	INJ.	JUS.	Lc.	Fer.	ET.	SC.	DS.	SAP
Janeiro																																									
Fevereiro																																									
Março																																								
Abril																																								
Maio																																								
Junho																																								
Julho																																								
Agosto																																								
Setembro																																								
Outubro																																								
Novembro																																								
Dezembro																																								
ANO DE 20																																								
TOTAL ANUAL																																								

MOD. 034

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO PRESO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PRESÍDIO:

FICHA DE CONTROLE DE ATENDIMENTO

Reeducando:

Matrícula / Prontuário: Proc. Exec. Crim. nº SP /.

DATA	ASSUNTO	RETORNO PROVÁVEL	ASSINATURA DO ATENDIDO	VISTO DO ATENDENTE

DATA	ASSUNTO	RETORNO PROVÁVEL	ASSINATURA DO ATENDIDO	VISTO DO ATENDENTE

PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA
FICHA DE CONTROLE - PRONTUÁRIO

Sentenciado:____

Matrícula n.º______________________________

Destino	Saída / data	Responsável	Devolução / data	Responsável

RECIBO

Recebemos de_____, _____do

sentenciado _____ , matr. _____ ,
os seguintes documentos:

( ) Cópia da Carteira de Identidade - RG;
( ) Cópia do CPF;
( ) Cópia do Comprovante de Residência atual (conta de água, luz ou telefone);
( ) Atestado de Antecedentes Criminais;
( ) 02 fotos 3x4 recentes;
( ) Declaração de Amásia (com a assinatura de 02 testemunhas reconhecidas em Cartório);
( ) Cópia da Certidão de Casamento;
( ) Outros_____

Destinado a: (_____) CARTEIRINHA (_____) OUTRO = _____
Declaramos ainda que a visitante está ciente de que foram entregues apenas os documentos assinalados.

Flórida Paulista/SP, _____/_____/_____.

_____ _____
Assinatura da Visitante Assinatura do Funcionário Responsável

MOD. 047

PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA - ROL DE VISITAS - RAIO(_____) CELA(_____)

Sentenciado:_____ Matrícula:_____ PF:_____

Nome do Visitante	Parentesco	Data Nasc.	R.G.

Autorizo a ( ) EXCLUIR **Autorizo a ( ) INCLUIR,** Declarando que estou ciente da resolução SAP - 58 de 13/06/03, que disciplina o direito de visita e dá outras providências. Também em concordância referente ao ART. 102 da R.I.P. Instituído pela resolução SAP-144 de 29/06/2010, com a conveniência da visitação, declarando ainda para os devidos fins, que me responsabilizarei pela inclusão do (s) visitante (s) acima citado (s), no meu rol de visitas, bem como as informações de NOME e nº de RG., são verídicas e se porventura houver alguma irregularidade, estarei ciente que responderei por qualquer problema futuro.

Flórida Paulista,_____ de_____ de _____. ASSINATURA:_____.

OBS.: SÓ SERÁ REALIZADA A INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DE VISITAS, ATÉ A QUARTA-FEIRA DA SEMANA. A FICHA DEVERÁ ESTAR TODA PREENCHIDA, COM O NOME COMPLETO, SEM ABREVIAÇÕES, DATADA E ASSINADA, **SENDO OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DO NÚMERO DO R.G. DE TODOS OS VISITANTES (SALVO PARA MENORES ACOMPANHADOS), EM VIRTUDE DE PESQUISA NO SISTEMA NEWGEPEN**, LEMBRANDO QUE SÓ ESTARÁ CONCRETIZADO O PEDIDO APÓS O RETORNO DA 2.ª VIA. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FUTURAS.

MODELO 48

CONTROLE DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS DE ENTREGA

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

EMPRESA: _____ DATA: _____/_____/ 20_____
MOTORISTA: _____ RG: _____
ACOMPANHANTE: _____ RG: _____
ENTRADA: _____ SAÍDA: _____ PLACA: _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DE REGIÕES DE SAÚDE - 2
ERSA 16 - ADAMANTINA
LABORATÓRIO REGIONAL

Data de Entrega
_____/_____/_____

N.º Geral TL

Unidade Requisitante:

Nome: Idade:

N.º Matrícula: Sexo: Est. de Origem:

Médico Responsável

Exame Pedido:

Material Enviado: Sangue

Entrada de Material
_____/_____/_____

N.º Geral TL

EXAME HEMOCITOLÓGICO

	Resultado	Valores Normais
Leucócitos		5.000 - 9.000
Hemácias (mm³)		4.000.000 - 6.000.000
Hb % - G %		80 a 100 - 13 a 16
Hematócrito		42 - 46
CHCM		32 - 36

EXAME HEMOCITOLÓGICO - Contagem Diferencial

	Resultado (%)	Val. Normais		Resultado (mm³)	Val. Normais (mm³)
Mielócitos		0			0
Metamielócitos		0 - 1	} 60 - 72		60 - 80
Bastonetes		2 - 5			120 - 400
Segmentados		58 - 66			3.480 - 5.280
Eosinófilos		2 - 4			120 - 320
Basófilos		0 - 1			60 - 80
Linfócitos		24 - 30			120 - 320
Monócitos		2 - 8			120 - 640

Reticulócitos	Plaquetas

Observações: Poiquilocitose: Policromasia:

Hipocromia: Microcitose: Granulações Tóxicas:

Anisocitose: Macrocitose:

Local, data

_____, _____/_____/_____ _____ _____

Técnico Responsável

MOD. 64

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LABORATÓRIO_____

DATA DE ENTREGA

_____/_____/_____

_____

N.° GERAL

UNIDADE REQUISITANTE:

NOME: IDADE:

N.° MATRÍCULA: SEXO: EST. DE ORIGEM:

_____

MÉDICO RESPONSÁVEL

SUSPEITA CLÍNICA:

MATERIAL ENVIADO: URINA

GESTANTE: SIM ☐ NÃO ☐

ENTRADA DE MATERIAL

_____/_____/_____

_____

N.° GERAL

RESULTADO - URINA TIPO R

DENSIDADE_____

pH_____

PROTEÍNAS_____

GLICOSE_____

EXAME MICROSCÓPICO DO SEDIMENTO (aumento 420x)

CÉLULA EPITELIAIS_____

LEUCÓCITOS_____

HEMÁCIAS_____

CILINDROS_____

CRISTAIS_____

OUTROS ELEMENTOS_____

OBSERVAÇÕES_____

LOCAL, DATA

_____/_____/ 20_____ _____ _____

TÉCNICO RESPONSÁVEL

MODELO 066

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENAÇÕES DE REGIÕES DE SAÚDE - 2

DIR XVI MARÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - ADAMANTINA

Data de Entrega

_____/_____/_____

N.° Geral TL

UNIDADE REQUISITANTE:

NOME: IDADE:

N.° MATRÍCULA: SEXO: EST. DE ORIGEM:

Médico Responsável

EXAME PEDIDO:

MATERIAL ENVIADO:

GESTANTE: SIM: ☐ NÃO: ☐

Entrada de Material

_____/_____/_____

N.° Geral TL

	Resultado	VALORES NORMAIS
☐ GLICOSE	mg%	70 a 110 mg%
☐ COLESTEROL	mg%	até 240 mg%
☐ TRIGLICERÍDEOS	mg%	homem 60 a 165 mg% mulher 40 a 140 mg%
☐ ÁCIDO ÚRICO	mg%	homem 2,5 a 6,0 mg% mulher 2,0 a 5,0 mg%
☐ URÉIA	mg%	10 a 50 mg%
☐ CRIATININA	mg%	0,8 a 1,4 mg%
☐ MUCOPROTEÍNA	mg%	1,9 a 4,9 mg%
☐ PROTEÍNA C REATINA		negativo
☐ LATÉX FR		negativo
☐ ANTI-ESTREPTOLISINA O	Unid	até 200 unidades
☐ TRANSAMINASE (TGO)	UI	8 a 29 UI
☐ TRANSAMINASE (TGP)	UI	2 a 33 UI
☐ FOSFATASE ALCALINA	U/L	adulto 45 a 213 u/l criança até 450 u/l
☐ AMILASE	UA	60 a 120 UA%
☐ BILIRRUBINA TOTAL ☐ BILIRRUBINA DIRETA ☐ BILIRRUBINA INDIRETA	mg% mg% mg%	até 1,0 mg% até 0,2 mg% até 0,8 mg%
☐ COLINESTERASE	U/L	3.962 a 11.142 U/L
☐ FOSFATASE ACIDA PROSTÁTICA	U/L	0 a 3,0 U/L
☐ HDL COLESTEROL	mg%	desejavel H = maior 55 mg% M= maior 65 mg% Não desejavel H= de 35 a 55 mg% M= de 45 a 65 mg% Alto risco H= menor 35 mg% M= menor 45 mg%
☐ PROTEÍNAS TOTAIS ☐ ALBUMINA ☐ RELAÇÃO A/G	g% g%	6,1 a 7,9 g% 3,5 a 4,8 g% 1,2 a 2,2
☐ CÁLCIO SÉRICO	mg%	9,0 a 11,0 mg%

Local, Data

_____, _____/_____/_____ Técnico Responsável

MODELO 067

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SAÚDE DO INTERIOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GUIA DE REFERÊNCIA

Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista
Estrada Vicinal Kiichiro Hattori, km 06 - Bairro Agrelo - Flórida Paulista/SP
Telefone: (18) 3581-9030 - Código do Município: 351600

Especialidade solicitada:_____

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: ..... **matr:** .....

D/N: ...../...../..... **Idade:** ..... **anos** **Sexo: Masculino** **Cor:** .....

Filiação: ..... / .....

RG: .....**CPF:** .....

CARTÃO SUS: **CNES-3779025**

II - JUSTIFICATIVA DA REFERÊNCIA

- História Pregressa e Quadro Clínico:_____
- Diagnóstico ou Hipótise Diagnóstica:_____
- Exames Realizados - Data e Resultados:_____
- Conduta Terapêutica:_____

III - MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

☐ DIAGNÓSTICO ☐ CONFIRMAÇÃO DIAGNÓSTICA ☐ TRATAMENTO

☐ SEGUIMENTO ☐ OUTRA ESPECIALIDADE ☐ INTERNAÇÃO

☐ OUTROS (ESPECIFICAR)_____

IV - NOME DO MÉDICO SOLICITANTE:_____CRM:_____

Assinatura:_____Data_____/_____/_____

V - AGENDAMENTO PARA

Unidade:_____Especialidade_____

Endereço:_____Bairro:_____Fone_____

Município:_____Data_____/_____/_____Horário:_____

Nome e Assinatura do Responsável pelo Agendamento:_____

Data do Preenchimento_____/_____/_____

MOD. 069

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
Núcleo de Atendimento a Saúde

ENTREVISTA DE INCLUSÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

Unidade Prisional: PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA

Data: ____/____/____ Funcionário: _____

NOME:

MATRÍCULA: | RG:

MÃE:

PAI:

NATURALIDADE: | DATA DE NASCIMENTO: | IDADE:

ESTADO CIVIL: ( ) SOLTEIRO ( ) CASADO ( ) AMASIADO ( ) VIÚVO | Nº DE FILHOS::

CUTIS: ( ) BRANCA ( ) PARDA ( ) NEGRA ( ) AMARELA ( ) VERMELHA

PROCEDÊNCIA: | DATA DA INCLUSÃO:

ARTIGO(S): | PENA A CUMPRIR:

PROFISSÃO: | ESCOLARIDADE: ( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( ) MÉDIO ( ) SUPERIOR ( ) SEM ESCOLARIDADE

PESO: | ALTURA: | PULSO: | TEMPERATURA: | PA:

CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE

SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )( )

❖ HIV

JÁ FEZ EXAME PARA HIV: ( ) SIM ( ) NÃO | DATA RESULTADO: | TRATAMENTO ANTI-RETROVIRAL: ( ) SIM ( ) NÃO

ACONSELHAMENTO PARA SOROLOGIA DST/HIV: ( ) SIM ( ) NÃO

EXAMES SOLICITADOS: | ( ) HIV ( ) HEPATITE B ( ) HEPATITE C ( ) VDRL

❖ TUBERCULOSE

JA TEVE TUBERCULOSE: ( ) SIM ( ) NÃO | PERÍODO DE TRATAMENTO: | TIPO: ( ) PULMONAR ( ) PLEURAL ( ) OUTRA ( ) SEM INFORMAÇÃO

ESTÁ TOSSINDO: ( ) SIM ( ) NÃO | HÁ QUANTO TEMPO: _____ DIAS | OUTROS SINTOMAS: ( ) FEBRE VESPERTINA ( ) EMAGRECIMENTO ( ) SUDORESE NOTURNA ( ) _____

SOLICITAÇÃO DE EXAME DE BACILOSCOPIA: ( ) SIM ( ) NÃO | DATA:

OBSERVAÇÕES:

ALERGIAS: ( ) MEDICAMENTO ( ) ALIMENTO ( ) CONTATO (POEIRA,INSETO,ETC...).

MOD 078

PRESENÇA DE OUTRAS DOENÇAS:

( ) MALÁRIA ( ) ESQUISTOSSOMOSE ( ) CHAGAS ( ) BRONQUITE/ASMA

( ) DOENÇA DE RINS ( ) PRESSÃO ALTA ( ) DOENÇA DO CORAÇÃO ( ) DIABETES

( ) HEPATIE B ( ) HEPATITE C ( ) HPV ( ) SÍFILIS ( ) DOENÇA MENTAL ( ) HANSENÍASE

( ) CÂNCER TIPO:_____ ( ) DOENÇA NEUROLÓGICA (CONVULSÃO) ( ) DOENÇA DE PELE/ESCABIOSE

FAZ USO DE MEDICAMENTO: ( ) SIM ( ) NÃO

QUAL:

QUEIXAS:

ANTECEDENTES PESSOAIS / HÁBITOS

USOU DROGAS: ( ) SIM ( ) NÃO

USA DROGAS: ( ) SIM ( ) NÃO

QUAL:

( ) MACONHA ( ) COCAÍNA ( ) CRACK ( ) HEROÍNA ( ) ÁLCOOL

( ) ANFETAMINA ( ) ECSTASY ( ) COLA ( ) TABACO ( ) OUTROS _____

CIRURGIAS:

HÁ QUANTO TEMPO:

QUE VACINAS JÁ TOMOU:

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA:

( ) SIM ( ) NÃO QUAL:_____

DESCRIÇÃO: AO EXAME EXTERNO

( ) FERIMENTO(S) CONTUSO(S)

( ) FERIMENTO(S) INCISO(S)

( ) FERIMENTO(S) PUCTÓRIO(S)

( ) FERIMENTO(S) CORTO-CONTUSO(S)

( ) FERIMENTO(S) PERFURO-CONTUSO(S)

( ) ESCORIAÇÃO(ÕES)

( ) EQUIMOSE(S)

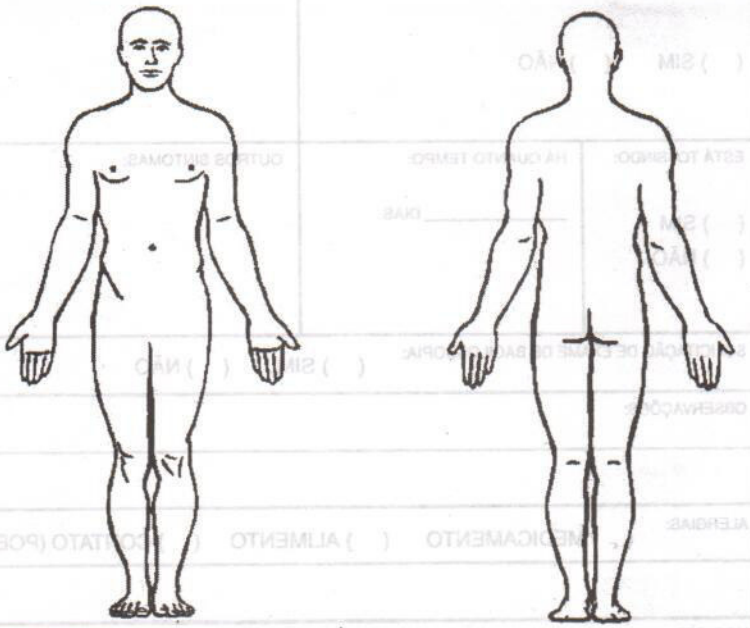
( ) HEMATOMA(S)

( ) CICATRIZ(ES)

( ) TATUAGEM(NS)

( ) OUTROS

( ) LOCALIZADO EM: _____



Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista

Data_____/_____/ 20_____ Matrícula n.º_____

N.º do Atendimento_____ Setor Cimic

Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista - DIRETORIA

Flórida Paulista,_____de_____de 20_____

Sr. Cimic

O sentenciado_____

Matrícula n.º_____

deseja **a)** Saber o **lapsos** para benefícios

ÚLTIMA FALTA GRAVE:

PENA:

SEMI ABERTO:

LIV. CONDICIONAL:

VENCIMENTO PREVISTO:

VEC ( ) DEECRIM ( )

TRÂNSITO EM JULGADO?

SIM ( ) NÃO ( )

POSSUI ADVOGADO PARTICULAR?

SIM ( ) NÃO ( )

REINCIDENTE ( ) PRIMÁRIO ( )

RAIO:

CELA:

Flórida Paulista,_____de_____de 20_____

Ciente do Sentenciado_____

MOD. 090

RELATÓRIO DE RONDA DIÁRIA

FLÓRIDA PAULISTA/SP, _____ de _____ de 20_____.

TURNO: _____ PERÍODO: _____

TORRE	HORA	POLICIAL PENAL	ASSINATURA	OBSERVAÇÕES

Anotações Gerais: _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____
Assinatura e carimbo

_____
Assinatura e carimbo

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO
PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA
Núcleo de Atendimento a Saúde

FICHA DE AVALIAÇÃO CORPORAL – REGIME DISCIPLINAR

Motivo da avaliação:

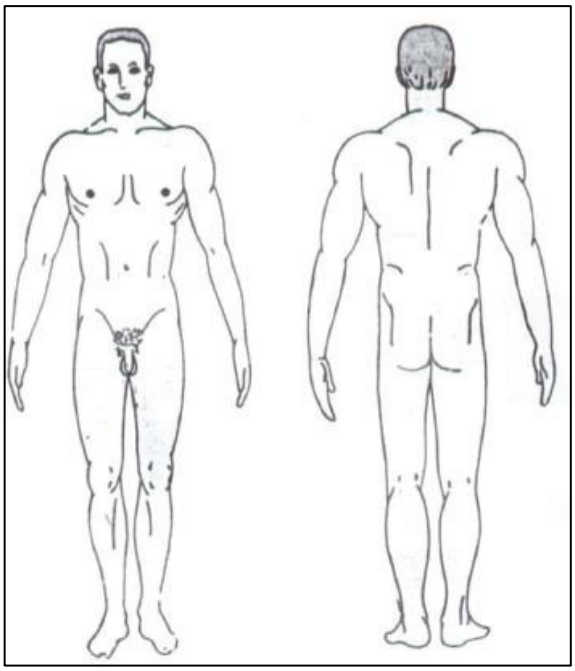
( ) Ingresso em Regime de Cela Disciplinar

( ) Saída do Regime de Cela Disciplinar

Nome: _____ Matrícula: _____

Estado geral:

( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

DESCRIÇÃO	
Ao exame físico: **Apresenta lesões recentes/aparentes no momento**: ( ) SIM ( ) NÃO **Em caso afirmativo**: ( ) Escoriações ( ) Hematomas ( ) Outros sinais _____ Assinatura do sentenciado	

Flórida Paulista, _____/_____/20____.

Realizado por: _____

Estrada Vicinal Pioneiro Kiichiro Hattori, km 6 - Bairro Agrelo
CEP 17830-000 - Flórida Paulista, SP
Telefone/PABX (18) 3581-9030 e-mail: penit@florida.sap.sp.gov.br

ESCALA DE RONDAS

FLÓRIDA PAULISTA/SP, _____ de _____ de 20_____ TURNO: _____

HORÁRIO	POLICIAL PENAL	ASSINATURA
____:____		
____:____		
____:____		
____:____		
____:____		

_____
Assinatura e carimbo

MOD 98

CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS

FLÓRIDA PAULISTA/SP, _____ / _____ / 20_____ TURNO: _____ POLICIAL PENAL: _____

PLACA	CONDUTOR	FUNÇÃO	ENTRADA	SAÍDA
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____
			_____:_____	_____:_____

Secretaria da Administração Penitenciária
Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste
Penitenciária "A.E.V.P. Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TESTE DO BLOQUEADOR DE CELULAR

DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO TÉRMINO	LOCAL			OBSERVAÇÃO
___/___/20__ ___/___/20__	_____h_____ _____h_____	_____h_____ _____h_____	☐ Intra Muros	☐ Pavilhão Escolar	☐ Gaiola III	Obs:
			☐ Revisora	☐ Gaiola I	☐ Pavilhão V	
			☐ Gaiola Zero	☐ Pavilhão I	☐ Pavilhão VI	
			☐ Pavilhão Hospitalar	☐ Pavilhão II	☐ Gaiola IV	
			☐ Pavilhão Disciplinar	☐ Gaiola II	☐ Pavilhão VII	
			☐ Inclusão	☐ Pavilhão III	☐ Pavilhão VIII	
			☐ Cozinha	☐ Pavilhão IV	☐ Laje da Unidade	
			OBSERVAÇÃO ☐ SINAL	SIM ☐ NÃO ☐	VIVO ☐ TIM ☐ CLARO ☐	

DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO TÉRMINO	LOCAL			OBSERVAÇÃO
___/___/20__	_____h_____	_____h_____	☐ Intra Muros	☐ Pavilhão Escolar	☐ Gaiola III	Obs:
			☐ Revisora	☐ Gaiola I	☐ Pavilhão V	
			☐ Gaiola Zero	☐ Pavilhão I	☐ Pavilhão VI	
			☐ Pavilhão Hospitalar	☐ Pavilhão II	☐ Gaiola IV	
			☐ Pavilhão Disciplinar	☐ Gaiola II	☐ Pavilhão VII	
			☐ Inclusão	☐ Pavilhão III	☐ Pavilhão VIII	
			☐ Cozinha	☐ Pavilhão IV	☐ Laje da Unidade	
			OBSERVAÇÃO ☐ SINAL	SIM ☐ NÃO ☐	VIVO ☐ TIM ☐ CLARO ☐	

Servidores responsáveis no período noturno:	Servidores responsáveis no período diurno:
_____	_____

Flórida Paulista, ____ de _____ de 20___.

Estrada Vicinal Pioneiro Kiichiro Hattori, km 6 | Bairro Agrelo | CEP 17830-900 | Flórida Paulista, SP
Telefone/PABX (18) 3581-9030 | e-mail: penit@florida.sap.sp.gov.br

Governo do Estado de São Paulo

NOTADEEMPENHO-SIAFISICO-2026NE00000

UG	380229-PENIT."AEVPCRISTIANODEOLIVEIRA"F.PAULISTA
Gestão	00001-GOVERNODOESTADODESAOPAULO
DatadeEmissão	XX / XX / XXXX

CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXXXX				
Credor	XXXXXXXXXXXX				
Endereço	XXXXXXXXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXX	UF	XX	CEP	XX.XXX-XXX

OrigemMaterial	X

Evento	UO	ProgramadeTrabalho	Fonte	NaturezaDespesa	UGR	PI	PTRES
400051	38007	XXXXXXXXXXXX	1500010001	3390XXXX	380012	010.001.0308	380XXX

No Processo	XXXXXXXXXXXX	Acordo			
TipodeEmpenho	9-DESPESANORMAL	RefDispensa	LF14133/21ART75II		
Licitação	5-DISPENSADELICIT.	Modalidade	1-ORDINARIO		
EmpenhoOrig.		Nº Contrato	XXXXXXXXXXXX	NºOC	

ValordoEmpenhoR$	X,XX

Cronograma

Mês	Valor
XX	X,XX

Sequência	001	Item	XXXXXXXX	Unid.Forn.	XXXX
Quantidade	XXXX	ValorUnitário	X,XX	PreçoTotal	X,XX
Descrição					
Sequência	002	Item	XXXXXXXX	Unid.Forn.	XXXX
Quantidade	XXXX	ValorUnitário	X,XX	PreçoTotal	X,XX
Descrição					
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					

TotalouValoraTransportarR$	X,XX
LocaldeEntrega	ESTRADAVICINALKIICHIROHATORIKM06
DatadeEntrega	XX / XX / XXXX

OrdenadordaDespesa

Responsavelpelaemissão	XXXXXXXXXXXX

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 25 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do "caput" do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o "caput" deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput deste artigo;

II - suspensa, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por incorreções na redação dos Artigos 6º, 21 e 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/CATBEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						

E-mail:_____

Dados bancários:

Banco: Banco do Brasil

Agência:_____
Conta:_____

De acordo com o item 7 – Critérios de medição e pagamento, Formas de pagamento, no Termo de Referência:

7.19.O pagamento será realizado por ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Bancodo Brasil S/A.

Eu,_____,portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor_____(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 000xx/2026, Processo SEI n° 006.xxxxxxxx/2026-xx, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

_____

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do fornecedor)

Eu,_____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 000xx/2026, Processo SEI n° 006.xxxxxxxx-2026-xx, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º -C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º - D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

_____

(Nome/assinatura do representante legal)